

Aula de FH^c divide academia

Tese de duas éticas põe presidente no centro de polêmica

FRANCISCO LUIZ NOEL E
MARILI RIBEIRO

A prova de erudição e o tom de franqueza que marcaram a aula magna dada na quarta-feira a pós-graduandos no Hospital Sarah Kubistchek, em Brasília, não livraram o presidente Fernando Henrique Cardoso de polêmica entre seus pares de mundo acadêmico. O pivô: as considerações presidenciais sobre ética e política. "A aula pode ser entendida como uma tentativa de se justificar no poder", reclamou o economista da Universidade de São Paulo (USP) Eduardo Gianetti da Fonseca, enquanto o cientista político Bolívar Lamounier saiu em defesa do exercício intelectual do presidente.

Na aula, Fernando Henrique mencionou o pensador alemão Max Weber (1864-1920) e afirmou: "em política, quem proclama o que quer perde. Em certos momentos, o homem de estado não deve dizer tudo o que sabe, sob pena de prejudicar o Estado, a nação e o povo". E deu curso ao raciocínio: "isso significa que, na ética da política, ambigüidade e mentira são partes constitutivas? Não. A ambigüidade, talvez: a mentira, não". Voltando aos tempos de professor de sociologia, Fernando Henrique observou que Weber distinguia a ética da reflexão da ética da responsabilidade, comum ao exercício do poder.

Ao invocar Weber para defender

a tese de que o homem de Estado não deve dizer tudo o que sabe, o presidente desatou a controvérsia. O cientista político René Dreifuss, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói (Grande Rio), afirmou que Weber nunca pregou o "segredismo", embora o identificasse como indispensável na política da Alemanha no início do século. "Certamente que Weber lida com o fenômeno do segredo e do sigilo, mas daí a dizer que isso é necessário para não prejudicar a sociedade já é coisa de Fernando Henrique Cardoso", questionou.

Dreifuss garantiu que Weber não propugnou por isso. Ao contrário, ressaltou, o pensador postulou a transparência na política, embora reconhecesse que, na esfacelada Alemanha parlamentarista antes e depois da 1ª Guerra Mundial, o "segredismo" era prática entre os políticos. O cientista publicou em 1993 o livro *Política, poder, Estado e força - Uma leitura de Weber* (Editora Vozes), resultado de seminário que ministrou na Universidade de Campinas (Unicamp). Professor-visitante da Coordenação de Programas de Pós-Graduação e Engenharia (Cope) da UFRJ, o cientista observou que a defesa do sigilo se contrapõe à ética democrática da transparência na política.

Ao pé da letra, sugeriu Dreifuss, o direito de omitir justifica ao governo o silêncio sobre as nem sempre claras negociações do presidente no Congresso para aprovar matérias de interesse governamental.

O cientista político Bolívar Lamounier lançou-se em solidarieda-

de à tese do presidente. "Se a obrigação ética do homem público no poder é servir, sua ação nem sempre pode ser revelada com todas as palavras", fez coro. Lamounier citou como exemplo ações de combate ao narcotráfico nos morros cariocas, que não poderiam ser anunciadas com antecedência, sob o risco de fracasso. Omitir informações sobre certas ações é intrínseco ao poder, acrescentou Lamounier, para quem "a ética não é uma palavra que devemos ficar esgrimindo para lá e para cá."

Como Lamounier, a cientista política Lúcia Hipólito acha que o presidente conduziu-se com propriedade ao recorrer a Weber - inspirador dileto dos sociólogos não-marxistas na faixa dos 50, 60 anos. "Quando você é profeta, por exemplo, tem que proclamar aos quatro ventos que Jesus vai chegar; o homem público, no entanto, não pode ser sempre assim. E isso tem a ver com a ética da responsabilidade. Cada vez que o Sérgio Motta dá uma declaração, a Bolsa cai ou sobe. É disso que o presidente está falando: que o homem público não pode ser leviano, que as palavras dele têm consequência", interpretou Lúcia.

Mas, para o economista Eduardo Gianetti, o que Fernando Henrique quis foi dar versão teórica ao desempenho político-administrativo do governo, incluídas a aliança do PSDB com o PFL e o estado permanente de negociação em que vive o presidente. "Mas a justificativa fica precária porque ele não explica realmente as razões dos compromissos assumidos no poder. Trata-

se de uma justificativa teórica mal costurada ao omitir partes cruciais da sua história", não poupou o professor da USP.

No front da oposição, a professora de sociologia da USP-Maria Victoria Benevides também criticou. "É um lustro, um verniz intelectual que ele deu à sua extraordinária capacidade de se adaptar a padrões de moralidade longe do que a maioria de nós considera ético", disse. Para Maria Victoria, Fernando Henrique distorceu o que Max Weber entendia por ética na política. "Weber não opõe uma oposição radical entre a ética da política e a responsabilidade ética do político. O político tem que ter as duas: tanto a ética dos princípios como a ética de resultados", defendeu a professora.

Apesar das discordâncias, os cientistas políticos René Dreifuss e Lúcia Hipólito concordam que Fernando Henrique esbanjou segurança intelectual na aula magna. "Ele faz uma salada de diversos autores com molho cardosista", disse Dreifuss. Lúcia resumiu: "É claro que todo texto permite algumas interpretações, mas o presidente não falseia. Pode ter todos os defeitos, mas é um homem de muita boa fé intelectual".

A cientista política lembrou que leituras de pensadores como Max Weber não faltam a Fernando Henrique. E exemplificou, ao tirar da estante *Ensaio de sociologia de Max Weber*, coletânea de textos organizada pelos americanos Wright Mills e Gerth, editada no Brasil pela Zahar, em 1971, com revisão-técnica do sociólogo Fernando Henrique Cardoso.